



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

JÚLIO JORGE MUTAPATE

**ESTUDANTES MOÇAMBICANOS NA UNILAB, CEARÁ, BRASIL: DESAFIOS E
POTENCIALIDADES DA INTERCULTURALIDADE NOS MUNICÍPIOS DE
REDENÇÃO E ACARAPE**

ACARAPE-CE

2025

JÚLIO JORGE MUTAPATE

ESTUDANTES MOÇAMBICANOS NA UNILAB, CEARÁ, BRASIL: DESAFIOS E
POTENCIALIDADES DA INTERCULTURALIDADE NOS MUNICÍPIOS DE
REDENÇÃO E ACARAPE

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Bacharelado em
Humanidades da Universidade da
Integração Internacional da Lusofonia
Afro-Brasileira, como parte dos requisitos
para a obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo César
Carvalho Nascimento

ACARAPE-CE

2025

JÚLIO JORGE MUTAPATE

ESTUDANTES MOÇAMBICANOS NA UNILAB, CEARÁ, BRASIL: DESAFIOS E
POTENCIALIDADES DA INTERCULTURALIDADE NOS MUNICÍPIOS DE
REDENÇÃO E ACARAPE

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel. Orientador: Prof. Dr. Ricardo César Carvalho Nascimento.

Aprovada em: 20 / maio /2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. **Ricardo César Carvalho Nascimento** (Orientador): Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB.

Prof. Dr. **Carlos Subuhana** (Examinador) Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB.

Prof. Dr. **Eduardo Gomes Machado** (Examinador) Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Mwari, a Fonte Criadora, por me dar forças para concluir essa etapa. À minha família, pelo apoio incondicional durante toda a jornada. Aos meus pais, Titinha e Jorge (in memoriam), pela dádiva da vida, e à minha matriarca, minha avó Marta (in memoriam), por todo o acolhimento e amor. Aos meus tios, em especial às tias Guida, Fina e Ginha, pelo suporte e carinho ao longo dessa caminhada.

Aos meus irmãos, amigos, colegas e professores, minha gratidão pela parceria, incentivo e amizade. Aos meus orientadores, Professora Maria de Fátima Silveira e Professor Ricardo César Carvalho Nascimento, agradeço profundamente pela orientação, paciência e dedicação.

Estendo também meu agradecimento aos governos de Moçambique e do Brasil, pela cooperação na área da educação, e a todos os funcionários e colaboradores da UNILAB, que contribuíram direta ou indiretamente para essa conquista.

Muito obrigado a todos que fizeram parte desta jornada!

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. JUSTIFICATIVA.....	7
3. DELIMITAÇÃO DO TEMA.....	9
4. OBJETIVOS.....	9
4.1 Objetivo Geral.....	9
4.2 Objetivos Específicos.....	10
5. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	10
5.1 Surgimento da UNILAB.....	10
5.2 Interiorização e Internacionalização do Ensino Superior no Brasil.....	14
5.3 Educação, Epistemologias e Descolonização do Conhecimento.....	17
5.4 Globalização, Migração Acadêmica e Experiências dos Estudantes Moçambicanos na UNILAB.....	22
6. METODOLOGIA.....	26
6.1 Técnicas De Pesquisa.....	26
6.2 Considerações Éticas.....	28
7. REFERÊNCIAS.....	29

1. INTRODUÇÃO

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) foi criada pela Lei nº 12.289/2010 com a missão de promover a integração acadêmica e cultural entre o Brasil e os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os africanos e Timor-Leste. Localizada nos municípios cearenses de Redenção e Acarape, a universidade insere-se no marco das políticas de internacionalização e interiorização do ensino superior promovidas nos governos Lula (2003–2010), como parte de um projeto de cooperação Sul-Sul voltado para inclusão, diversidade e justiça social (Souza; Malomalo, 2016).

A UNILAB representa uma conquista impulsionada por movimentos sociais, em especial o movimento negro brasileiro, que reivindicava uma universidade que fortalecesse os laços históricos entre o Brasil e a África. A instituição tornou-se um espaço de intercâmbio de saberes e culturas, com foco na promoção da igualdade étnico-racial, acolhendo estudantes oriundos de diferentes países lusófonos, como Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, e Timor-Leste. Nos municípios que sediam seus campi, como Redenção e Acarape, no Ceará, e São Francisco de Conde, no Estado da Bahia, a presença desses estudantes internacionais trouxe novos desafios e oportunidades, sobretudo no campo da interculturalidade, gerando encontros, tensões, aprendizados e transformações identitárias.

Este projeto parte da minha própria vivência como estudante moçambicano na UNILAB desde 2023. Morando em Redenção, tenho experimentado, em minha rotina acadêmica e social, os efeitos da convivência intercultural: nas ruas, na universidade, nos espaços culturais, e nas relações interpessoais com estudantes brasileiros e estrangeiros. Meu interesse surge do desejo de compreender como a interculturalidade se manifesta nessas vivências cotidianas, quais são os desafios enfrentados e como podemos fortalecer esse convívio, valorizando as diferenças e promovendo o respeito mútuo.

2. JUSTIFICATIVA

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), localizada nos municípios de Redenção e Acarape, no Ceará, Brasil, é um exemplo notável de um ambiente acadêmico intercultural. Criada com o objetivo de promover a integração entre os países lusófonos, a UNILAB recebe estudantes de diversas partes do mundo, incluindo um número significativo de estudantes moçambicanos. Esse contexto fornece uma oportunidade única para estudar as dinâmicas interculturais e os desafios enfrentados por esses estudantes. A implantação da UNILAB no interior do Ceará transformou significativamente a dinâmica social e urbana dos municípios de Redenção e Acarape, demandando novas abordagens sobre interculturalidade, mobilidade estudantil e políticas públicas locais (MACHADO et al., 2017).

Dado o grande fluxo de estudantes internacionais, que saem de PALOPs e de Timor-Leste do sudeste asiático, para o Maciço de Baturité, interior do Ceará, com o objetivo de fazer a formação acadêmica na UNILAB, onde, por sua vez, encontram cidadãos e estudantes brasileiros, este espaço torna-se rico em culturas e identidades. Por conseguinte, é essencial analisar os desafios e as potencialidades desta interculturalidade nos municípios de Redenção e Acarape.

Pessoalmente, pesquisar a experiência dos estudantes moçambicanos na UNILAB, no Ceará, Brasil, surge da necessidade de compreender as dinâmicas da interculturalidade vivenciadas por esses estudantes nos municípios de Redenção e Acarape. A UNILAB foi criada com o propósito de promover a integração acadêmica entre o Brasil e os países africanos de língua portuguesa, mas a adaptação dos estudantes internacionais, especialmente os moçambicanos, apresenta desafios que vão além do ambiente universitário. Questões como diferenças culturais, barreiras linguísticas, dificuldades econômicas, adaptação ao sistema educacional brasileiro e interação com a comunidade local influenciam diretamente a experiência desses estudantes. Como moçambicano e parte desse contexto, reconheço a importância de dar voz a essas experiências e analisar como essas interações moldam tanto a vida acadêmica quanto a inserção social dos estudantes.

Sou um desses moçambicanos da UNILAB, vivendo no interior do Ceará desde o início de 2023. Apesar de não ser a primeira vez que passo alguns meses fora de minha terra natal, Moçambique, nunca antes saí do meu país para viver a experiência de fazer ensino superior, assumir o aluguel de uma casa e compartilhar

a sala com professores e alunos de diversas nacionalidades. É a primeira vez que vivo fora do meu “ninho”. Minha jornada como estudante do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades desperta em mim a curiosidade de estudar mais sobre como as cidades de Acarape e Redenção, como cidades anfitriãs da UNILAB, a comunidade estudantil e os habitantes locais interagem, suas percepções sobre a vinda de estrangeiros negros e africanos, como lidam com eles diariamente e como essas relações são construídas.

Portanto, este estudo visa contribuir para um melhor entendimento dos desafios enfrentados, bem como das oportunidades que a interculturalidade proporciona tanto para os estudantes quanto para a sociedade local.

Além dos desafios, há inúmeras potencialidades que emergem desse intercâmbio acadêmico e cultural. A presença dos estudantes moçambicanos na UNILAB fortalece os laços históricos entre Moçambique e Brasil, promovendo trocas culturais e acadêmicas enriquecedoras. A convivência entre diferentes culturas possibilita uma formação mais ampla e diversa, estimulando a construção de conhecimentos compartilhados e práticas educativas inovadoras. Nos municípios de Redenção e Acarape, essa interação pode contribuir para a valorização da diversidade cultural e para o desenvolvimento de políticas de acolhimento mais eficazes. Assim, este trabalho se justifica pela necessidade de aprofundar o conhecimento sobre essas dinâmicas e apontar caminhos para fortalecer a integração intercultural, tanto no ambiente universitário quanto na comunidade em geral, garantindo que a experiência dos estudantes moçambicanos seja não apenas desafiadora, mas também enriquecedora e transformadora.

A UNILAB, exemplifica essa dinâmica ao acolher estudantes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs) e de Timor-Leste, promovendo um ambiente acadêmico multicultural. Nesse contexto, é essencial investigar os desafios e as potencialidades da interculturalidade vivenciada por estudantes moçambicanos nessa instituição.

A migração estudantil, embora represente uma oportunidade de crescimento acadêmico e profissional, também impõe desafios significativos, como a adaptação a um novo sistema de ensino, barreiras linguísticas, diferenças culturais e dificuldades socioeconômicas. Além disso, estudantes africanos no Brasil frequentemente enfrentam questões como racismo e conflitos étnicos, que podem impactar sua permanência e integração no ambiente universitário. Compreender essas

dificuldades é fundamental para o desenvolvimento de políticas institucionais que favoreçam a inclusão e o respeito à diversidade.

Dessa forma, esta pesquisa se justifica pela necessidade de analisar, de forma aprofundada, os desafios enfrentados e as potencialidades da interculturalidade no contexto da UNILAB. A instituição, localizada em uma região marcada pela diversidade cultural e social, desempenha um papel estratégico na integração de estudantes de diferentes origens, especialmente daqueles oriundos de países africanos de língua portuguesa.

Nesse sentido, o fortalecimento da cooperação Sul-Sul desempenha um papel central, uma vez que promove a troca de conhecimentos, experiências e valores entre nações do hemisfério sul, potencializando o desenvolvimento conjunto e a solidariedade internacional. Refletir sobre temas como educação superior, globalização, migração, racismo e relações interculturais torna-se imprescindível para compreender como esses fatores influenciam tanto o ambiente acadêmico quanto a comunidade local. Assim, este estudo busca fornecer subsídios relevantes para o desenvolvimento de ações institucionais que promovam a igualdade de oportunidades e a valorização da diversidade, garantindo que as vivências dos estudantes sejam plenas e enriquecedoras. Ademais, espera-se que os resultados contribuam para debates mais amplos sobre inclusão social e interculturalidade no ensino superior, apontando caminhos para práticas educativas mais eficazes e comprometidas com a justiça social.

3. Delimitação do tema

Este projeto pretende compreender e fazer uma análise qualitativa do processo de interculturalidade vivenciado pela comunidade estudantil moçambicana da UNILAB no seu relacionamento com a população local no município de Redenção e Acarape, no interior do Ceará, durante o período 2022 - 2024, tendo em conta que é nesta cidade onde vivem enquanto estudantes internacionais da UNILAB.

4. Objetivo geral

Analisar os desafios enfrentados e as potencialidades da interculturalidade vivenciada por estudantes moçambicanos da UNILAB, nos municípios de Redenção e Acarape, no interior do Ceará.

4.2 Objetivos específicos

- Identificar e interpretar as políticas públicas existentes nos municípios relacionadas à promoção da interculturalidade;
- Analisar se há ações voltadas para o respeito, a valorização e a inclusão das comunidades presentes, com especial atenção à comunidade moçambicana, considerando a imigração internacional que os municípios assistem devido aos estudos;
- Compreender os **constrangimentos** de natureza **racial**, xenófoba, **discriminatória** e **preconceituosa** na UNILAB e nos municípios de Redenção e Acarape vividos pelos moçambicanos;
- Levantar as percepções dos moçambicanos em relação ao multiculturalismo nos municípios de Acarape e Redenção.

5. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta fundamentação teórica visa abordar a interculturalidade vivenciada pela comunidade estudantil moçambicana na Unilab, localizada no Maciço do Baturité. O diálogo será estabelecido com autores que discutem o surgimento da Unilab, a expansão da cooperação acadêmica brasileira com os Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em especial países africanos, no âmbito da cooperação Sul-Sul, a questão da imigração africana no Brasil e a interculturalidade nos municípios de Acarape e Redenção como um processo de globalização. Para melhor enquadramento deste trabalho, serão desenvolvidos os seguintes tópicos temáticos que direcionarão as etapas: Contextualização do surgimento da Unilab; Multiculturalismo e Interculturalidade: Conceitos e Abordagens Críticas Globalização; Migração Acadêmica e Experiências dos Estudantes Moçambicanos na UNILAB.

5.1 Surgimento da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Segundo Souza e Malomalo (2016), a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) foi, em grande parte, resultado das pressões exercidas por movimentos sociais, com destaque para o movimento negro. Internamente, essas demandas ganharam força durante os dois mandatos do governo Lula (2003-2010), período em que políticas de inclusão racial e social

passaram a ter maior protagonismo. Entre as principais reivindicações estava a criação de uma universidade que não apenas promovesse a inclusão, mas que também fortalecesse os laços históricos e culturais entre o Brasil e os países africanos de língua portuguesa, aprofundando a cooperação Sul-Sul.

O movimento negro no Brasil desempenhou um papel crucial na luta por políticas públicas que reconhecessem e valorizassem as raízes africanas da cultura brasileira, além de combaterem o racismo estrutural presente na sociedade. Um marco fundamental nesse processo foi a promulgação da Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana nas escolas. "Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira." (BRASIL, 2003).

Sua importância transcende a dimensão pedagógica, pois representa o resultado de décadas de luta dos movimentos negros pela reparação histórica e reconhecimento da contribuição dos povos africanos na formação social, cultural e econômica do Brasil. De acordo com Gomes (2005), a lei supracitada vai além de uma simples mudança curricular, sendo vista como um instrumento importante para enfrentar o racismo estrutural e desfazer estereótipos presentes na sociedade brasileira. Através do ensino de elementos essenciais da cultura afrodescendente, como a história de líderes negros, revoltas escravas e práticas religiosas de origem africana, a lei tem o propósito de empoderar estudantes negros e de sensibilizar toda a comunidade escolar para a diversidade cultural que compõe o Brasil.

Nesse sentido, a UNILAB foi pensada como uma resposta para a necessidade de políticas públicas voltadas para a inclusão e a valorização da diversidade étnico-racial no ensino superior. A ideia era criar um espaço acadêmico que reconhecesse a importância da pluralidade cultural e étnica brasileira, contribuindo assim para o combate ao racismo e para a promoção da igualdade de oportunidades.

Nas palavras de Meneghel e Amaral (2016), a fundação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab) ocorre em um cenário voltado na geração e difusão de conhecimento, com o objetivo de promover o desenvolvimento e a integração dos países da CPLP, especialmente entre o Brasil e países africanos de língua oficial portuguesa, Angola, Cabo Verde, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe mais Timor Leste, país da Ásia.

Outrossim, vale ressaltar que a criação da UNILAB também está em consonância com a política de interiorização e internacionalização do ensino superior, promovida pelo governo Lula. Essa política só é possível graças à abertura do governo Lula (2003-2010) para políticas externas de cooperação solidária Sul-Sul, com destaque para os países da América Latina e da África (especialmente os de língua oficial portuguesa) Souza e Malomalo (2016).

A universidade descreve sua missão como a construção de uma ponte histórica e cultural entre o Brasil e os países de língua portuguesa, especialmente africanos, compartilhando soluções para processos históricos similares. Além disso, busca fortalecer uma rede internacional que respeite a soberania dos países parceiros e possibilite ações de apoio técnico, acadêmico, científico, cultural e humanitário (UNILAB, 2013, on-line).

A Lei nº 12.289 de 2010, que cria a Unilab, no Art. 2º, e no Estatuto da instituição, enfatiza que a Unilab tem como objectivo a:

Art. 2º, [...] missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Palop), bem como promover o desenvolvimento regional, o intercâmbio cultural, científico e educacional (UNILAB, 2020, p. 4).

Para a referida instituição, essa missão é fundamental para a promoção da cooperação internacional e o desenvolvimento regional, criando assim uma ponte entre as nações de língua oficial portuguesa, especialmente entre as nações africanas e o Brasil. Através da educação, pesquisa e extensão, a Unilab busca não apenas capacitar indivíduos, mas também fomentar o intercâmbio cultural, científico e educacional, enriquecendo todas as partes envolvidas.

Além disso, a Unilab desempenha um papel crucial no desenvolvimento regional ao promover o intercâmbio de conhecimentos e experiências entre o Brasil e os Países Africanos De Língua Portuguesa (PALOP) e Timor-Leste. Essa troca não apenas fortalece os laços culturais e científicos, mas também contribui para o crescimento econômico e social das regiões envolvidas. A Unilab também organiza seminários, conferências e projetos de pesquisa que abordam questões comuns aos países parceiros, como a colonialidade do poder, saúde pública e educação. Ademais, a presença de estudantes internacionais no Brasil fomenta um ambiente de diversidade e multiculturalismo, essencial para a formação de cidadãos globais conscientes e engajados.

Outrossim, vale ressaltar que a criação da UNILAB também está em consonância com a política de interiorização e internacionalização do ensino superior, promovida pelo governo Lula. Essa política só é possível graças à abertura do governo Lula (2003-2010) para políticas externas de cooperação solidária Sul-Sul, com destaque para os países da América Latina e da África (especialmente os de língua oficial portuguesa) Souza e Malomalo (2016).

Portanto, a UNILAB tem também uma orientação focada na cooperação internacional “solidária” e está dedicada à interculturalidade desde sua fundação. Conforme disposto no Art. 4º do Estatuto da UNILAB (2020):

A Unilab, universidade pública federal brasileira, de caráter laico, é vocacionada para a cooperação internacional e compromissada com a interculturalidade, a cidadania, o pluralismo, a tolerância e a democracia nas sociedades, fundamentando suas ações no intercâmbio acadêmico e solidário com os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos (UNILAB, 2020, p. 6).

A Unilab tem o Campus sede no interior de Estado do Ceará, com instalações nos municípios do Maciço de Baturité, especialmente, Redenção e Acarape, e Campus fora de sede no Estado da Bahia, especialmente, instalações no município de São Francisco do Conde”, no recôncavo baiano. (Unilab, 2020, p. 9).

Com base nos dados do IBGE (2024), São Francisco do Conde, localizado no estado da Bahia, possui uma população estimada de 40.932 habitantes (2024) e uma densidade populacional de 143,61 habitantes por km². Seu PIB per capita foi registrado em R\$ 321.810,96 (dados de 2021), e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), conforme o último censo de 2010, é de 0,674.

No estado do Ceará, o município de Acarape conta com uma população estimada de 14.306 habitantes (2024), com densidade populacional de 107,90 habitantes por km². A renda per capita em 2021 foi de R\$ 11.888,66, e o IDH registrado em 2010 é de 0,606 (IBGE, 2024).

Já Redenção, também no Ceará, apresenta uma população estimada de 28.359 habitantes (2024) e uma densidade populacional de 109,74 habitantes por km². O PIB per capita do município foi calculado em R\$ 14.018,29 (2021), e o IDH registrado em 2010 é de 0,626 (IBGE, 2024).

A UNILAB tem, até a presente data¹, 4.284 estudantes matriculados, dos quais 1.318 são estudantes internacionais, distribuídos pelos 25 cursos oferecidos pela instituição em diferentes níveis e regimes (UNILAB, 2024). Estes estudantes são encontrados por entre os dois pólos da UNILAB, na Bahia e no Ceará. Como parte de sua internacionalização, a universidade possui 39 acordos de cooperação internacional (UNILAB, 2024).

5.2 Políticas de Interiorização e Internacionalização do Ensino Superior no Brasil

As políticas de interiorização e internacionalização do ensino superior no Brasil são um reflexo de um projeto mais amplo de desenvolvimento social e educacional, iniciado nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003–2011). A interiorização, segundo Amaral e Oliveira (2015), busca descentralizar a oferta de ensino superior, promovendo o desenvolvimento de regiões afastadas dos grandes centros urbanos e contribuindo para a inclusão de populações historicamente marginalizadas. Essa iniciativa foi impulsionada pelo Ministério da Educação (MEC), por meio do Programa de Expansão das Universidades Federais, e ganhou corpo com a criação de novas instituições, como a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), que se tornou um marco no processo de interiorização no estado do Ceará.

A estratégia de levar universidades federais a regiões periféricas é entendida por Lima e Catani (2011) como uma resposta à demanda reprimida por ensino superior em áreas historicamente negligenciadas. Para os autores:

A política de interiorização das universidades federais buscou atender a uma demanda reprimida por ensino superior em regiões historicamente marginalizadas, promovendo o desenvolvimento regional e a inclusão social (LIMA; CATANI, 2011, p. 23).

Essa política se fortaleceu especialmente com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), lançado em 2007, que estimulou uma nova configuração do ensino superior público no país.

¹Data de consulta do site: 24.08.2024
<https://unilab.edu.br/unilab-em-numeros/>

Amaral e Oliveira (2015) argumentam que a interiorização do ensino superior no Brasil não se limita à simples expansão territorial das universidades federais. Para os autores, trata-se de uma reconfiguração profunda do espaço acadêmico, marcada pela desconcentração da oferta educacional antes centralizada nas grandes metrópoles. Esse processo favorece a inclusão de populações historicamente marginalizadas e contribui significativamente para a democratização do acesso ao ensino superior e para o desenvolvimento regional em áreas tradicionalmente excluídas das políticas educacionais.

Meneghel (2021) amplia essa análise ao destacar que a interiorização também se manifesta na criação e fortalecimento dos Institutos Federais, os quais têm desempenhado um papel crucial na oferta de formação técnica e superior em áreas anteriormente desassistidas. Essa expansão contribuiu não apenas para o acesso à educação, mas também para a dinamização da economia local e a criação de novas oportunidades profissionais.

No entanto, como observa Basile (2014), a interiorização, especialmente quando associada à internacionalização — como no caso da UNILAB —, apresenta uma série de desafios estruturais e sociais. A autora ressalta:

A presença de universidades em cidades do interior pode gerar impactos significativos sobre o território, principalmente quando não há políticas públicas capazes de responder à demanda por infraestrutura, serviços urbanos e condições adequadas de permanência dos estudantes, sobretudo os que vêm de outros países. Esses desafios se acentuam em universidades como a UNILAB, que articulam a interiorização com um forte componente internacional (BASILE, 2014, p. 177).

Segundo a autora, é fundamental que a interiorização venha acompanhada de políticas públicas integradas, capazes de garantir o acolhimento adequado e a permanência dos estudantes, bem como de promover a convivência intercultural em ambientes que historicamente não possuem essa vivência.

Em relação à internacionalização do ensino superior no Brasil é uma estratégia que busca não apenas atrair estudantes de outras partes do mundo, mas também promover uma intensa troca acadêmica, cultural e científica com países de diversas regiões, incluindo a América Latina, a África e outras áreas do Sul Global. Este processo tem ganhado importância, especialmente nas últimas décadas, à

medida que as universidades brasileiras buscam integrar-se mais ativamente ao cenário global de ensino e pesquisa. A cooperação internacional tem sido vista como um caminho para fortalecer a educação superior, aumentar a competitividade das instituições brasileiras e expandir a rede de conhecimento compartilhado.

Em conformidade com Gomes e Fernandes (2019), a internacionalização do ensino superior no Brasil visa transformar as universidades brasileiras em centros de excelência internacional, com foco na mobilidade acadêmica e na criação de parcerias que transcendem as fronteiras nacionais.

Eles afirmam que:

a internacionalização das universidades brasileiras não se limita à mobilidade acadêmica, mas envolve uma profunda mudança no processo de ensino-aprendizagem, ampliando as fronteiras do conhecimento, compartilhando currículos, metodologias de ensino e promovendo projetos de pesquisa conjuntos que estabelecem um novo cenário de colaboração (GOMES; FERNANDES, 2019, p. 87).

Esse processo, portanto, não só amplia as oportunidades de aprendizado, mas também cria uma rede global de saberes, em que as universidades brasileiras têm um papel ativo em construir pontes entre os contextos culturais e acadêmicos. Por outro lado, Ribeiro e Batista (2018) discutem a internacionalização no Brasil a partir de uma perspectiva crítica, destacando que, muitas vezes, as estratégias adotadas pelas universidades brasileiras são influenciadas por modelos tradicionais de cooperação Norte-Sul. Para os autores,

A internacionalização das universidades brasileiras, especialmente no caso da UNILAB e UNILA, propõe um modelo alternativo de integração acadêmica, baseado na cooperação Sul-Sul, que busca valorizar os saberes locais e não simplesmente adotar modelos estrangeiros (RIBEIRO; BATISTA, 2018, p. 135).

Esse modelo visa fortalecer as relações com países da África e da América Latina, fomentando um ambiente de troca horizontal, onde os países em desenvolvimento, como o Brasil, podem contribuir para a formação de quadros qualificados e para o desenvolvimento de projetos acadêmicos colaborativos. Como observa Araújo (2014a), os processos de internacionalização enfrentam o desafio de conciliar o discurso da integração com a prática cotidiana vivida pelos estudantes estrangeiros. Esta tensão, apontada também por Walsh (2009) como uma ‘interculturalidade crítica’, evidencia a necessidade de uma universidade que se descolonize em sua estrutura e relações

A internacionalização também é analisada a partir da perspectiva dos programas governamentais. O Programa Ciência sem Fronteiras, criado pela Lei nº 12.898/2013, por exemplo, foi uma iniciativa que visava promover a mobilidade de estudantes brasileiros para o exterior e de estudantes internacionais para o Brasil. Gomes e Fernandes (2019) ressaltam que, embora o programa tenha sido encerrado em 2017, ele teve um impacto duradouro, uma vez que ajudou a construir uma infraestrutura de colaboração acadêmica que favoreceu a interação entre o Brasil e diversos países, incluindo os de língua portuguesa, como Moçambique.

Através desse programa, os alunos brasileiros tiveram a oportunidade de vivenciar uma educação internacional, ao mesmo tempo em que estudantes de diversos países foram trazidos para o Brasil, facilitando a troca de experiências e conhecimentos. Iniciativas como o Ciência sem Fronteiras contribuíram diretamente para a internacionalização das universidades brasileiras, ampliando o alcance da educação superior e fortalecendo os laços acadêmicos internacionais.

Outro instrumento importante é o Programa de Estudantes Convênios de Pós-Graduação (PEC-PG), instituído pela Capes, que oferece bolsas de estudo a estudantes de países da CPLP, incluindo Moçambique. Esse programa tem sido crucial para a vinda de estudantes moçambicanos para universidades brasileiras como a UNILAB, ampliando as oportunidades de formação acadêmica para esses estudantes e fortalecendo a integração de Moçambique com o Brasil. A Lei nº 11.892/2008, que criou as universidades e institutos federais no Brasil, também contribui para essa política ao garantir o financiamento necessário para que essas instituições promovam ações de integração internacional, regulando a criação de universidades em várias regiões do país.

[...] formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), bem como promover o desenvolvimento regional, o intercâmbio cultural, científico e educacional (UNILAB, 2020, p. 4).

5.3 Educação, Epistemologias e Descolonização do Conhecimento

As discussões sobre multiculturalismo e interculturalidade são centrais para a compreensão das relações culturais no espaço acadêmico da UNILAB, especialmente quando se trata da presença de estudantes africanos, como os moçambicanos. O multiculturalismo pode ser definido como a coexistência de

diferentes culturas em um mesmo território, reconhecendo sua diversidade, mas sem necessariamente promover transformações profundas nas relações sociais e estruturas de poder. Desse modo, Charles Taylor (1994) argumenta que a política do reconhecimento é fundamental em contextos multiculturais, pois “a identidade individual e coletiva é constituída, em parte, pelo reconhecimento ou pela sua ausência; e o não reconhecimento ou o reconhecimento depreciativo pode infligir danos reais, sendo uma forma de opressão”.

No entanto, autores como Walsh (2009) e Boaventura de Sousa Santos (2014) apontam limites importantes dessa abordagem. Para eles, o multiculturalismo, ao ser incorporado por políticas liberais, tende a operar apenas no nível do reconhecimento superficial, sem questionar as hierarquias e as assimetrias de poder presentes na sociedade. Catherine Walsh (2009), em sua crítica contundente, propõe a interculturalidade crítica como uma alternativa transformadora, afirmando:

A interculturalidade crítica é um projeto político, epistêmico e ético que não se limita à convivência respeitosa entre culturas. Ela busca dismantlar os sistemas de dominação e exclusão, promovendo práticas sociais e educacionais baseadas na justiça cognitiva, na horizontalidade das relações e na coaprendizagem entre os diferentes saberes (WALSH, 2009, p. 25).

Nesta mesma linha, Walsh (2001, p. 10-11), define a interculturalidade como:

[...] um processo dinâmico e permanente de relação, comunicação e aprendizagem entre culturas em condições de respeito, legitimidade mútua, simetria e igualdade. Um intercâmbio que se constroi entre pessoas, conhecimentos, saberes e práticas culturalmente diferentes, buscando desenvolver um novo sentido entre elas na sua diferença. Um espaço de negociação e de tradução onde as desigualdades sociais, econômicas e políticas, e as relações e os conflitos de poder da sociedade não são mantidos ocultos e sim reconhecidos e confrontados. Uma tarefa social e política que interpela o conjunto da sociedade, que parte de práticas e ações sociais concretas e conscientes e tenta criar modos de responsabilidade e solidariedade. Uma meta a alcançar (WALSH, 2001, p. 10-11).

Outrossim, Paulo Freire (1996) contribui com uma visão fundamental ao entender a educação como prática de liberdade. Para ele, o diálogo é um ato de criação e reconhecimento do outro como sujeito. Em contextos interculturais, como o da UNILAB, esse diálogo é essencial para construir um espaço de co-aprendizagem,

onde as diferentes culturas não apenas coexistem, mas se escutam, se transformam e se educam mutuamente.

Diferente do multiculturalismo, que muitas vezes reforça o “compartimentalismo” cultural, a interculturalidade crítica assume o conflito como parte do processo de diálogo e transformação. Para Boaventura de Sousa Santos (2014), essa perspectiva está diretamente ligada às epistemologias do Sul, que reconhecem a existência de uma pluralidade de saberes historicamente marginalizados pelo conhecimento hegemônico de matriz eurocêntrica. Segundo ele:

A interculturalidade crítica está articulada à luta por justiça cognitiva. Trata-se de compreender que o conhecimento não é neutro e que as epistemologias do Sul são formas legítimas e necessárias de pensar e construir o mundo, rompendo com o epistemicídio imposto pela colonialidade do saber (SANTOS, 2014, p. 23).

A UNESCO (2006), embora adote uma abordagem mais institucional, reconhece a importância do diálogo cultural. Em sua definição, “a interculturalidade é a existência e a interação equitativa de diversas culturas e a possibilidade de gerar expressões culturais compartilhadas através do diálogo e do respeito mútuo”. Esta definição, embora genérica, contribui para estabelecer uma base comum para políticas públicas em contextos educacionais marcados pela diversidade.

A experiência dos estudantes moçambicanos na UNILAB é atravessada por processos complexos de reconstrução identitária em um contexto intercultural. Para Stuart Hall (1992), a identidade não é uma essência fixa, mas uma construção social em permanente transformação, marcada por rupturas e continuidades. Neste sentido, os estudantes africanos vivem uma “identidade em transição”, negociando pertencimentos entre o país de origem e o contexto brasileiro. Nesse processo, os estudantes constroem identidades híbridas, atravessadas por múltiplas influências. Néstor Canclini (2008) chama atenção para essa condição contemporânea, em que as fronteiras culturais tornam-se mais porosas, e os sujeitos vivem práticas culturais entrelaçadas, combinando tradições e modernidades, local e global, origem e acolhimento.

Diante do cenário de exclusão e silenciamento de saberes, autores como Boaventura de Sousa Santos, Kabengele Munanga e Walter Mignolo propõem alternativas críticas que buscam confrontar a hegemonia epistêmica ocidental. Para

esses autores, a interculturalidade não deve ser entendida como uma simples convivência entre culturas, mas como uma prática política transformadora, capaz de questionar e superar as hierarquias coloniais do saber.

Santos propõe a ideia de “ecologia dos saberes”, que consiste em um diálogo não hierárquico entre diferentes formas de conhecimento, valorizando a diversidade epistêmica existente no mundo. Segundo ele, “nenhum saber é completo em si mesmo; é na articulação entre saberes que se pode construir uma nova racionalidade” (SANTOS, 2007, p. 19). Para o autor, essa ecologia é a base para uma justiça cognitiva, entendida como a condição para uma verdadeira justiça social.

Kabengele Munanga enfatiza a importância de uma educação intercultural antirracista, capaz de valorizar os saberes africanos e afro-brasileiros, bem como de confrontar a lógica eurocêntrica ainda predominante nas instituições de ensino. Segundo o autor, “é preciso romper com a educação eurocêntrica e promover uma educação que leve em consideração a pluralidade cultural da sociedade brasileira” (MUNANGA, 2005, p. 24). Essa proposta educacional visa não apenas combater o racismo, mas também reconstruir identidades historicamente marginalizadas.

Munanga também destaca que a construção da identidade negra no Brasil está intrinsecamente ligada ao enfrentamento de estruturas sociais e institucionais que silenciam e excluem sujeitos negros dos espaços de poder, inclusive no campo do saber. O autor critica com veemência o chamado mito da democracia racial, que, em sua análise, funciona como um mecanismo de camuflagem do racismo estrutural brasileiro. Em suas palavras:

A chamada democracia racial brasileira é, de fato, um mito. Um mito que tenta esconder o racismo estrutural presente em todas as esferas da sociedade. Esse mito serve para manter os privilégios de alguns e silenciar as vozes que denunciam a exclusão dos negros e a negação de suas identidades. A identidade negra no Brasil é construída em meio a lutas constantes contra o preconceito, o racismo e a invisibilidade imposta pela lógica eurocêntrica dominante (MUNANGA, 2005, p. 25).

Mesmo reconhecendo as contribuições culturais dos povos negros, indígenas e mestiços à sociedade brasileira — como na culinária, no vestuário e na sexualidade — Munanga (2004, p. 88) evidencia que o racismo permanece como estrutura de exclusão. A exaltação da mestiçagem no discurso oficial, segundo ele,

não elimina as desigualdades que afetam diretamente a população negra, incluindo estudantes africanos em mobilidade acadêmica no Brasil.

Monteiro e Lima (2021) reforça a ideia de que, apesar da proposta de integração entre o Brasil e os países africanos, a discriminação e o racismo estrutural ainda se manifestam no cotidiano acadêmico da UNILAB, o que corrobora com a visão de Munanga (2005), que também aponta que as estruturas acadêmicas muitas vezes reproduzem preconceitos históricos.

A esse respeito, Lilia Moritz Schwarcz (2010) argumenta que o racismo no Brasil opera de maneira sutil e frequentemente negada, manifestando-se por meio de práticas sociais discriminatórias naturalizadas no cotidiano. Essa “cordialidade racista” dificulta a identificação dos mecanismos de exclusão racial, pois disfarça a violência simbólica sofrida por estudantes negros e africanos. De forma complementar, Carlos Moore (2007) observa que o racismo integra um sistema global de dominação, responsável por produzir inferiorizações de ordem cultural, política e epistêmica, especialmente contra povos afrodescendentes.

Joel Rufino dos Santos (1980) contribui ao apontar que o racismo é uma ideologia que estrutura relações sociais, legitimando desigualdades por meio de argumentos pseudo-biológicos e culturais. Já Frantz Fanon (2008) aprofunda essa discussão ao denunciar os efeitos psíquicos do racismo colonial, que impactam a autoestima, identidade e dignidade dos povos negros, deixando marcas profundas em suas experiências existenciais.

Nesse contexto, Walter Mignolo (2008) propõe o conceito de “desobediência epistêmica” como estratégia de resistência à hegemonia eurocêntrica que ainda domina a produção do conhecimento nas universidades. Para ele, é urgente descolonizar o saber e reconhecer a legitimidade de epistemologias plurais, especialmente aquelas oriundas do Sul Global, historicamente desconsideradas pelos centros de poder intelectual. Conforme o autor: “a desobediência epistêmica é um passo necessário para abrir espaço a outras formas de pensar e existir”.

Tal desafio se concretiza na experiência da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), onde a presença de estudantes africanos tensiona os modelos tradicionais de ensino e aprendizagem. A convivência

entre diferentes histórias, línguas e saberes transforma esse ambiente em um espaço privilegiado para o exercício da interculturalidade crítica, desafiando normas acadêmicas e promovendo a valorização de experiências e epistemologias diversas.

Dessa forma, os conceitos de desobediência epistêmica, ecologia dos saberes e educação intercultural antirracista emergem como estratégias interligadas para o enfrentamento do epistemicídio. Essas abordagens buscam reconfigurar os espaços de produção de conhecimento, visando à construção de uma universidade verdadeiramente democrática, plural e comprometida com a justiça social e cognitiva.

5.4 Globalização, Migração Acadêmica e Experiências dos Estudantes Moçambicanos na UNILAB

A presença de estudantes moçambicanos na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), localizada nos municípios cearenses de Redenção e Acarape, insere-se em um cenário mais amplo de transformações sociais impulsionadas pela globalização e pelas migrações internacionais. Tal fenômeno ultrapassa os aspectos meramente educacionais, pois envolve questões identitárias, culturais e estruturais que afetam tanto os sujeitos migrantes quanto os territórios que os acolhem.

Zygmunt Bauman (1999) observa que a globalização intensifica a mobilidade humana, mas de maneira seletiva e desigual. Em suas palavras, ela é “simultaneamente integradora e divisora”, pois “une algumas pessoas enquanto separa outras, promove a liberdade de uns e a vulnerabilidade de outros” (BAUMAN, 1999, p. 10). Essa ambivalência global afeta diretamente os estudantes do Sul global, como os moçambicanos, cuja circulação internacional ainda está condicionada por relações assimétricas de poder.

Otávio Ianni (1996) reforça essa leitura ao afirmar que a globalização constitui uma “mundialização das contradições”, em que as conexões entre povos e culturas não anulam, mas antes revelam e aprofundam as desigualdades entre o Norte e o Sul. Ianni (2005) argumenta que as transformações globais não se limitam a um movimento uniforme e homogêneo, mas são marcadas por um confronto entre diferentes realidades locais e as dinâmicas globais, o que reflete a resistência das culturas locais frente ao processo de integração global. Para o autor, a globalização

gera não apenas uma nova configuração cultural, mas também reafirma as disparidades preexistentes, amplificando as tensões identitárias e sociais que os estudantes estrangeiros, como os moçambicanos, experimentam ao tentar se inserir em um contexto universitário e social distinto de seu país de origem. Nesse sentido, a migração acadêmica pode ser vista tanto como oportunidade quanto como campo de reprodução de desigualdades históricas.

A migração por razões educacionais é uma das faces contemporâneas desses fluxos globais. Para Castles e Miller (2009), trata-se de um fenômeno crescente, marcado pela busca de formação qualificada e pelo desejo de inserção em redes internacionais de prestígio. No entanto, os autores alertam que essas migrações não estão isentas de tensões. Eles afirmam que:

“As migrações educacionais não são isentas de conflitos. Elas expõem as vulnerabilidades dos estudantes estrangeiros, que frequentemente enfrentam discriminação racial, barreiras linguísticas, falta de reconhecimento acadêmico e fragilidade nos mecanismos institucionais de acolhimento.” (CASTLES; MILLER, 2009, p. 212).

É nesse contexto de desafios que George Martine (2005, p. 17) nos alerta sobre a visão negativa que muitos migrantes enfrentam, observando que “apesar de necessários, os migrantes são frequentemente vistos como ‘os indesejados’”. Como destaca o autor:

A rejeição dos migrantes é uma constante em quase todos os processos migratórios, mas é particularmente exacerbada nos movimentos envolvendo pessoas de etnia, idioma, religião e/ou aparência marcadamente diferente dos habitantes do lugar de destino (MARTINE, 2005, p. 17).

Ele também menciona que:

Os recém-chegados são vistos pela população natural como competidores de empregos, como inflacionadores dos custos dos serviços sociais e da infra-estrutura nos lugares de destino, e como uma ameaça permanente à estabilidade social e política da região de destino (MARTINE, 2005, p. 17).

Consequentemente, embora concebida como um projeto inovador de integração dos países da CPLP, a Unilab também reproduz certos desafios estruturais. Giddens (1999) explica que os efeitos da globalização não se restringem ao nível macro, mas se manifestam no cotidiano das localidades, transformando seus contextos culturais e sociais. Assim, a convivência entre estudantes moçambicanos e a população local de Redenção e Acarape produz, simultaneamente, intercâmbio cultural e tensões identitárias.

De forma similar, Senkevics (2020) aponta que a internacionalização da educação superior brasileira ainda é marcada por desigualdades, especialmente no que diz respeito ao acolhimento institucional de estudantes estrangeiros. Os trabalhos de Martini (2003) e Ojima et al. (2014) corroboram essa análise ao mostrar que políticas públicas frágeis, somadas à ausência de redes de apoio e recursos básicos, afetam diretamente a permanência dos estudantes internacionais.

No campo subjetivo, Alisson Vinícius Ferreira (2019) chama atenção para os impactos emocionais da migração acadêmica. O autor destaca que o deslocamento geográfico, aliado à pressão acadêmica e ao isolamento social, pode ocasionar sofrimento psíquico relevante. Segundo ele:

A vivência da migração, associada à pressão por desempenho acadêmico e à fragilidade dos vínculos sociais no país de acolhimento, pode produzir sofrimento psíquico relevante. Muitos estudantes enfrentam solidão, desmotivação, crises de identidade e quadros depressivos, especialmente quando não há políticas institucionais claras de suporte emocional e psicológico (FERREIRA, 2019, p. 115).

No caso específico dos estudantes moçambicanos em Redenção e Acarape, observa-se uma multiplicidade de vivências que ultrapassam o campo acadêmico e se estendem às esferas culturais, afetivas e identitárias. A presença desses estudantes transforma a paisagem simbólica dos municípios ao introduzir novos elementos culturais e sociais que, por vezes, entram em tensão com os padrões locais. Conforme destaca Castro Neto (2019), “a inserção desses estudantes não apenas enriquece a diversidade cultural local, mas também coloca em questão os padrões de convivência estabelecidos, criando um campo de tensões entre os diferentes grupos culturais” (p. 102).

Essa inserção, no entanto, não é isenta de obstáculos. Mourão e Abrantes (2020), Subuhana (2005, 2007) e Langa (2016) identificam uma série de barreiras enfrentadas pelos estudantes africanos na UNILAB, como o preconceito racial, as dificuldades econômicas e o choque cultural.

Mourão e Abrantes (2020) observam que os estudantes africanos enfrentam obstáculos práticos em sua permanência na UNILAB, como a dificuldade de acesso à moradia, alimentação, transporte e materiais acadêmicos, o que demonstra a fragilidade das políticas de acolhimento e do suporte institucional oferecido a esses discentes.

De modo convergente, Langa (2016) aponta que grande parte desses desafios decorre justamente da inexistência de políticas efetivas de integração, o

que compromete significativamente a inserção dos estudantes africanos na vida universitária e nas dinâmicas sociais locais. O autor ressalta ainda que, diante dessas adversidades, o associativismo estudantil emerge como uma estratégia fundamental de resistência e de ressignificação identitária, favorecendo a organização coletiva e a luta por reconhecimento, permanência e inclusão.

Subuhana (2005) aprofunda essa análise ao discutir o caráter ambíguo da experiência acadêmica dos moçambicanos no Brasil.

O estudante moçambicano, ao entrar no espaço universitário brasileiro, encontra-se muitas vezes marcado por representações estigmatizantes, como observa Subuhana (2007, p. 332), que afirma que:

as representações construídas sobre os negros africanos são bem negativas. Quando veem um negro africano, começam a imaginar que vivemos na selva, subimos em árvores e andamos no meio de elefantes'. Esses estereótipos associados à África, como 'selva, pobreza e miséria', contribuem para a marginalização dos estudantes africanos, sendo comum que os mesmos sejam confundidos com outras nacionalidades africanas, como a de 'angolano', independentemente de sua origem. Essa generalização permeia diversos níveis sociais, incluindo acadêmicos, e acaba influenciando a forma como os estudantes moçambicanos são percebidos e tratados (SUBUHANA, 2007, p. 322).

Para o autor, a trajetória desses estudantes é marcada por tensões entre pertencimento e exclusão, exigindo constantes negociações identitárias.

Além disso, SILVA (2016) reflete sobre as transformações subjetivas vividas pelos estudantes africanos ao longo do percurso acadêmico, destacando a necessidade de reconfiguração dos projetos de vida frente às dificuldades cotidianas. Segundo o autor, a trajetória acadêmica dos estudantes africanos no Brasil é atravessada por expectativas e decepções. Muitos chegam acreditando em uma formação emancipadora, mas se deparam com dificuldades como o racismo, a distância da família, barreiras linguísticas e limitações institucionais. Essas experiências exigem constante reconfiguração de seus projetos de vida. Apesar dos desafios, esses estudantes demonstram resiliência ao criar redes de apoio, reinventar estratégias de permanência e fortalecer sua identidade. Suas vivências revelam não apenas os limites da política de internacionalização do ensino superior, mas também seu potencial transformador quando há abertura para o diálogo intercultural e a valorização da diversidade.

Para lidar com esses desafios, Marie Rose Moro (2015) propõe uma abordagem baseada na escuta ativa e na construção de vínculos afetivos, essenciais para o bem-estar dos migrantes. De acordo com a autora, "o acolhimento

intercultural exige empatia, vínculo e a criação de espaços onde o outro possa se narrar sem ser imediatamente julgado ou patologizado” (MORO, 2015, p. 103).

Por fim, Dale (2004) adverte que uma interculturalidade efetiva no ensino superior não se constroi apenas por meio da presença de estudantes internacionais, mas requer o comprometimento institucional com a justiça social. O autor argumenta que a movimentação de estudantes entre países do Norte e do Sul acontece de maneira desigual, refletindo e reforçando antigas hierarquias históricas. Nesse contexto, a verdadeira interculturalidade só se torna possível quando há políticas sólidas de inclusão, reconhecimento e justiça social.

Portanto, compreender a experiência dos estudantes moçambicanos na UNILAB exige uma leitura que articule as estruturas da globalização com as práticas cotidianas de convivência, resistência e reinvenção. É nesse entrecruzamento de escalas — do global ao local, do institucional ao subjetivo — que se desenham os contornos da interculturalidade vivida no contexto universitário cearense.

6. METODOLOGIA

A presente pesquisa será desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa, com o objetivo de compreender de forma aprofundada as experiências vivenciadas pelos estudantes moçambicanos no contexto acadêmico e social da universidade e da comunidade local. Severino (2007, p. 40) afirma: "A pesquisa exploratória, por sua vez, é um tipo de pesquisa preliminar que visa fornecer uma visão geral sobre um tema pouco conhecido, contribuindo para o estabelecimento de hipóteses e questões de investigação".

6.1 Técnicas

Esta proposta utilizará diversas técnicas de pesquisa qualitativa, a fim de captar uma visão abrangente e detalhada sobre as experiências acadêmicas, sociais e interculturais dos estudantes internacionais e da comunidade local. As técnicas escolhidas incluem entrevistas, grupos focais e observação participante, as quais serão conduzidas nas instalações da UNILAB e nos municípios de Redenção e Acarape, Ceará. Essas técnicas possibilitam a coleta de dados ricos, que representam as múltiplas perspectivas sobre o fenômeno da interculturalidade em um contexto universitário e comunitário.

As entrevistas semiestruturadas serão realizadas com diversos grupos: 10 estudantes moçambicanos, estudantes internacionais, estudantes brasileiros,

membros da comunidade local de Acarape e Redenção, além de representantes das estruturas da UNILAB e dos municípios. Conforme destaca Minayo (2017), essa técnica é fundamental na pesquisa qualitativa, pois combina profundidade na abordagem de questões relevantes com a flexibilidade de permitir a expressão espontânea dos participantes.

Os temas explorados durante as entrevistas incluem a adaptação cultural dos estudantes moçambicanos, desafios acadêmicos, convivência intercultural e interação com a comunidade local. Essas entrevistas permitem compreender mais amplamente as experiências e as dinâmicas relacionadas ao intercâmbio cultural na região.

Além das entrevistas, serão realizados grupos focais, uma técnica que possibilita o debate em grupo sobre questões de interculturalidade, dificuldades acadêmicas e sociais, políticas institucionais de acolhimento e integração, entre outros temas. Segundo Krueger e Casey (2015), os grupos focais são uma técnica eficaz para explorar as percepções e experiências dos participantes em um ambiente coletivo, promovendo uma discussão mais dinâmica e rica, onde as interações grupais ajudam a esclarecer questões que podem não surgir nas entrevistas individuais.

Grupos focais serão organizados com até 8 participantes cada, com enfoque na convivência intercultural, experiências de acolhimento, tensões culturais e estratégias de permanência. Esse método será fundamental para entender como as dinâmicas de grupo influenciam a experiência intercultural, tanto para os estudantes internacionais quanto para as comunidades locais.

A observação participante será outra técnica importante para esta pesquisa, especialmente para captar as interações no ambiente cotidiano da UNILAB e nos municípios de Acarape e Redenção. A observação participante, como explica Gil (2010), permite que o pesquisador se insira no contexto de estudo, vivendo e observando as práticas sociais de maneira imersiva, o que proporciona uma compreensão mais profunda das dinâmicas de convivência intercultural.

6. 2 Considerações éticas

Esta pesquisa seguirá os princípios éticos previstos na Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que orienta pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Todos os participantes serão convidados por meio de convite formal e deverão assinar um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), garantindo o direito à confidencialidade, anonimato e à desistência em qualquer etapa da pesquisa. As entrevistas e demais registros serão utilizados exclusivamente para fins acadêmicos e científicos. A condução da pesquisa respeitará a dignidade, os valores culturais e a autonomia dos participantes, assegurando sua integridade e bem-estar. Caso necessário, a pesquisa será submetida ao Comitê de Ética da UNILAB para avaliação prévia.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, R.; OLIVEIRA, S. **Expansão Universitária e Desenvolvimento Regional no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

ARAÚJO, Danielle Michelle Moura de. Internacionalização e integração: interfaces, possibilidades e os desafios do Ensino Superior na UNILA e UNILAB. **O público e o privado**, Fortaleza, v. 23, p. 145-159, 2014.

BASILE, Neli Aparecida de Mello-Théry. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB: um projeto de universidade internacional. In: SOUZA, Clarisse; MALOMALO, José (orgs.). **UNILAB: um projeto de integração Brasil-África**. Fortaleza: UFC, 2014. p. 59–75.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 1 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010. Dispõe sobre a estruturação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB. **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, 21 jul. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12289.htm. Acesso em: 20 abr. 2025.

CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 2008.

CASTLES, Stephen; MILLER, Mark J. **The age of migration: international population movements in the modern world**. New York: Palgrave Macmillan, 2009.

DALE, R. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma 'cultura educacional mundial comum' ou localizando uma 'agenda globalmente estruturada para a educação'. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 423-460, 2004.

DALE, Roger. **Globalização e educação**. São Paulo: Cortez, 2004.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. 3. ed. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, Alisson. Vinícios S. **Imigração e saúde mental: narrativas de estudantes latino-americanos em uma universidade intercultural**. 2019. 157 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina,

Florianópolis, Santa Catarina, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3DZLkYD>. Acesso em: 20 jan. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1999.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, L.; FERNANDES, T. **Desafios da Internacionalização do Ensino Superior no Brasil: Perspectivas e Caminhos**. Porto Alegre: Editora PUC-RS, 2019.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores: um olhar sobre a Lei 10.639/03**. São Paulo: Autêntica, 2005.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Editora Universidade de São Carlos, 1997.

IANNI, Otávio. **A mundialização das contradições**. São Paulo: Boitempo, 1996.

IANNI, Octavio. Globalização: novo paradigma das ciências sociais. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 8, n. 21, p. 147-163, 1994. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/B8N9NgC4F9XkXZjpGqZMFzr/>. Acesso em: 26 jan. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados - São Francisco do Conde (BA)**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/sao-francisco-do-conde.html>. Acesso em: 01 mar. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados - Acarape (CE)**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/acarape.html>. Acesso em: 01 mar. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados - Redenção (CE)**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/redencao.html>. Acesso em: 01 mar. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estimativas populacionais 2024**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 01 abr. 2025.

LANGA, Ercílio Neves Brandão. **Diáspora africana no Ceará no século XXI: ressignificações identitárias de estudantes imigrantes**. Tese (Doutorado em

Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

MACHADO, Eduardo Gomes et al. Urbanização e os desafios à política urbana em pequenas cidades: o caso de Redenção, Ceará, no contexto de implantação da UNILAB. **Políticas Públicas & Cidades**, [online], v. 5, n. 1, p. 43-63, 2017. Disponível em: <https://doaj.org/article/697fe03a73654016b915722ac8f0919d>. Acesso em: 20. Set 2024.

MALOMALO, Bas'ilele I. Desafios de gestão multicultural numa universidade internacional: caso da UNILAB. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 14, n. 26, p. 75-100, 2018.

MARTINE, George. A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: Fundação SEADE, v. 19, n. 3, p. 3-22, jul./set. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/ddmq64Q3LR7dwYJYcNR4pQf/>. Acesso em: 19 mar. 2025.

MARTINI, Antônio. **Estudantes internacionais e políticas públicas**. Brasília: MEC, 2003.

MENEGHEL, R. **Expansão e Internacionalização da Educação Superior no Brasil: Avanços e Desafios**. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

MENEGHEL, Stela; AMARAL, Joana. **Universidades internacionais na contracorrente: as propostas da UNILA e da UNILAB**. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/373/37344015004/html/>. Acesso em: 21 jan. 2025.

MIGNOLO, Walter D. **Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política**. Revista Transversos, n. 1, p. 13-24, 2008. Disponível em: <https://revistatransversos.com>. Acesso em: 10 abr. 2025.

MOURÃO, Daniele Ellery; ABRANTES, Carla Susana Além. Estudantes africanos dos PALOP em Redenção, Ceará, Brasil: Representações, Identidades e Poder. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 25, n. 2, p. 45-63, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2020v25n1p64>. Acesso em: 20 fev. 2025.

MONTEIRO, Artemisa Odila Candé; LIMA, Ivan Costa (Orgs.). **UNILAB 10 anos: experiências, desafios e perspectivas de uma universidade internacional com a África e o Timor Leste no interior da Bahia e do Ceará – Volume 2**. Fortaleza: Impreço, 2021. Disponível em: <https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2021/08/LIVRO-UNILAB-10-ANOS-VOLUME-2-FINALIZADO-definitivo-1.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2024.

MORO, Marie Rose. **Acolhimento intercultural e saúde mental**. Paris: Presses Universitaires de France, 2015.

MOORE, Carlos. **Racismo e sociedade: uma nova abordagem**. Salvador: EDUFBA, 2007.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 2004.

MUNANGA, Kabengele. Para onde vão os estudos africanos no Brasil? In: _____. **Superando o racismo na escola**. Brasília: MEC; UNESCO, 2005. p. 17–26.

NETO, Esequias Pereira de Castro. **Análise das representações sociais dos estudantes africanos da Unilab sobre racismo e xenofobia em Redenção e em Acarape**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Humanidades) – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, CE, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/6256>. Acesso em: 04 out. 2025.

OJIMA, Ricardo et al. Migrações internacionais motivadas por estudo: uma análise sociodemográfica dos estudantes estrangeiros radicados no Brasil. **Revista PerCursos**, [S. l.], v. 15, n. 28, p. 166-189, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3md649r>. Acesso em: 15 fev. 2025.

OLIVEIRA, J.; SANTOS, F. **A Universidade como Espaço de Interculturalidade: O Caso da UNILAB**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2017.

RIBEIRO, P.; BATISTA, C. **Universidades e Cooperação Internacional: Um Novo Paradigma para a Educação Superior no Sul Global**. Salvador: Editora UFBA, 2018.

RUFINO DOS SANTOS, Joel. **O povo brasileiro e sua história**. São Paulo: Global, 1980.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SENKEVICS, Sérgio. **Internacionalização e desigualdade na educação brasileira**. São Paulo: FGV, 2020.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Antônio Gislailson Delfino da. **Trajetórias de estudantes guineenses no Brasil: do processo de integração ao regresso/retorno**. 2016. 165 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016.

SUBUHANA, Carlos. Estudantes moçambicanos no Rio de Janeiro, Brasil: sociabilidade e redes sociais. **Imagário**, v. 13, n. 14, p. 321-355, 2007. Disponível

em: <https://www.revistas.usp.br/ima/article/download/42451/46120>. Acesso em: 26 ago. 2024.

SUBUHANA, Carlos. **Estudar no Brasil: imigração temporária de estudantes moçambicanos do Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

SCHWARCZ, Lília Moritz. Racismo no Brasil: um mito fundante. In: NOVAES, Adauto (org.). **A outra margem do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 123–139.

TAYLOR, Charles. **O multiculturalismo e a política do reconhecimento**. Tradução de Vera Ribeiro. Introdução de Amy Gutmann. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

UNESCO. **Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais**. Paris: UNESCO, 2006. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/legal-affairs/convention-protection-and-promotion-diversity-cultural-expressions>. Acesso em: 08 abr. 2025.

UNILAB. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. **Estatuto da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira**. Redenção: UNILAB, 2020. Disponível em: <https://unilab.edu.br/estatuto-da-unilab/>. Acesso em: 21 ago. 2024.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB). **Unilab em números**. Redenção: UNILAB, 2024. Disponível em: <https://unilab.edu.br/unilab-em-numeros/>. Acesso em: 24 ago. 2024.

WALSH, Catherine. Interculturalidad Crítica y Pedagogía De-Colonial: Apuestas (Des)De El In-Surgir, Re-Existir y Re-Vivir. **Educação Online**, Rio de Janeiro, Brasil, n. 4, 2009. Disponível em: <https://educacaoonline.edu.puc-rio.br/index.php/eduonline/article/view/1802> . Acesso em: 20 abr. 2024.

WALSH, Catherine. **La educación intercultural en la educación**. Peru: Ministerio de Educación, 2001. Mimeografado. Disponível em: <https://archive.org/details/walsh-c.-interculturalidad-en-la-educacion./mode/2up>. Acesso: 20 abr. 2024.